

IV Assembleia Regional do Alentejo

Avante! Por um PCP mais forte!
Liberdade, Democracia, Socialismo

Muito se discute hoje, em Portugal, de crise e de dificuldades. Neste «discurso institucional» é comum também destacar-se a pobreza da região alentejana. Mas esta ideia não é verdadeira. **O Alentejo não é uma região pobre, mas sim uma região de gente empobrecida.** É urgente uma ruptura com a situação actual, aproveitando as capacidades e potencialidades, na parte agrícola, no subsolo, no mar, nas energias renováveis, criando as condições no plano das acessibilidades de pessoas e mercadorias que permitam os escoamento dos produtos, potenciando outras indústrias a montante e a jusante e o desenvolvimento do comércio e dos serviços na região.

O PCP aponta caminhos e soluções, contrariando o fatalismo, a inevitabilidade que os senhores do capital instalado no poder nos indicam. Podemos mesmo dizer que somos a única força política portadora de **um projecto integrado para o desenvolvimento do Alentejo.**

Mas esses caminhos e soluções colocam como questão primeira a necessidade de uma política patriótica e de esquerda e um governo capaz de a concretizar.

Perante esta tão impetuosa acção da política de direita agora comandada pelo PSD e o CDS, apoiada pelos acólitos do PS, e com a bênção de Cavaco Silva, alguns de nós interrogam-se **será possível inverter o rumo das coisas?**

Há 40 anos atrás, quantos de nós acreditávamos que era possível derrubar o fascismo, conquistar a liberdade e concretizar - pela força da acção e iniciativa dos trabalhadores - avanços e económicos e

sociais como a Reforma Agrária num tão curto espaço de tempo? Alguém acreditava que fossem possíveis tantos avanços na conquista de direitos para os trabalhadores e para o povo? Mas a verdade é que foi, porque houve uma ruptura com um sistema decrépito como era o sistema de então.

É evidente que nenhum processo é similar, mas uma coisa é certa: o capitalismo é hoje, na época contemporânea que vivemos, um factor de recuo e não de avanço, um factor de destruição de direitos, de alienação da nossa soberania e de atraso no aproveitamento das nossas potencialidades e no desenvolvimento das forças produtivas.

Por isso nós continuamos a afirmar que a solução para os problemas que assolam hoje o país e a região passam por colocar o **Alentejo a produzir com justiça social**, criando-se emprego, aumentando e melhorando os serviços públicos, contrariando a desertificação e o despovoamento.





Portugal a Produzir

Emprego • Soberania • Justiça Social

O país está confrontado com uma das mais graves crises das últimas décadas. A persistência numa política vinculada aos interesses dos grupos económicos e financeiros, de abdicação dos interesses nacionais, de desaproveitamento dos seus recursos e potencialidades, está não só na origem dos gravíssimos problemas que o país enfrenta – estagnação e recessão económica, aumento da dívida externa e da dependência, desemprego e défices estruturais (alimentar; energético; industrial; tecnológico) – como é um factor de agravamento da actual situação e de condicionamento do futuro do país. (...)

Portugal não é um país pobre. O país, os trabalhadores e o povo português não aguentam mais esta política de desastre nacional. A defesa da produção e do aparelho produtivo nacional emergem como uma incontornável resposta ao actual processo de declínio económico e que é inseparável da melhoria das condições de vida da população, do aumento dos salários e pensões, do alargamento dos direitos dos trabalhadores, do combate à precariedade e ao desemprego. (...)

O PCP propõe a adopção de uma política de Estado em defesa e promoção da produção nacional que contribua para concretizar um modelo de substituição de importações por produção nacional, promova um programa de industrialização do país, aproveite e potencie todos os recursos nacionais, tenha como objectivo garantir a soberania alimentar, o pleno emprego e o emprego com direitos, aposte prioritariamente na dinamização do mercado interno sem desguarnecer as exportações num quadro de alargamento e diversificação de relações externas. (...)

É neste quadro que o PCP irá realizar nos próximos meses uma campanha em defesa da produção nacional sob o lema **Portugal a produzir**. Uma importante iniciativa política, destinada a afirmar o valor estratégico da produção nacional para o aproveitamento de todas as potencialidades e recursos do país, para a criação de emprego, para

o combate à dependência externa, para a afirmação de uma via soberana de desenvolvimento.

Uma campanha que falará dos problemas concretos da vida nacional, longe das insignificantes querelas com que PS, PSD e CDS procuram iludir a actual situação, mas próxima do país profundo, da realidade concreta com que estamos confrontados.

Portugal a produzir é assim a definição de um rumo inverso ao da política de direita que, correspondendo às legítimas aspirações dos trabalhadores e do povo português a uma vida melhor, se afirma como uma grande proposta do PCP para o presente e o futuro de Portugal.

O Alentejo, pela sua dimensão, pela diversidade dos seus recursos e das suas condições, pelo carácter das suas gentes, certamente não deixará de batalhar com firmeza por esta campanha, a única que poderá libertar o país das suas dependências e défices, e gerar mais trabalho que contribuirá para criar riqueza – efectiva riqueza – e melhores condições de vida para o país e para o nosso povo.

Adaptado de «Portugal a produzir», Análises e contribuições do PCP, Edições Avante. 2011.



Investir com critério

Portugal é deficitário em algumas áreas particularmente sensíveis para a sua soberania, que afectam a sua capacidade de construir um projecto nacional autónomo, que sirva melhor os interesses do seu povo. Esses défices constituem importantes componentes do desequilíbrio da sua balança comercial.

Um dos mais preocupantes défices é aquele que respeita à alimentação. Embora globalmente a maioria do consumo alimentar da população seja satisfeita pela produção nacional, Portugal está longe da auto-suficiência, importando perto de um terço das suas necessidades agroalimentares, é persistentemente deficitário em numerosas produções e, nalguns casos importantes, como o dos cereais ou da carne de bovino, a maioria do consumo é importada.

Igualmente no campo da energia, o nosso país tem uma elevada dependência, muito acima da média da União Europeia. Nas últimas 3 décadas, a importação atingiu valores superiores a 80%. Este sector é o que gera maiores constrangimentos ao desenvolvimento do país que, sem petróleo, gás natural ou carvão, tem que gerar, noutros sectores, a riqueza que lhe permita sustentar o custo deste factor de produção, cujo défice não vai diminuir.

É verdade que temos alguma exportação. Mas o tipo de produtos que a suportam apresentam fraca sofisticação, com baixa intensidade tecnológica (madeiras, cortiça, têxteis, vestuário e calçado, ou ainda os produtos minerais não-metálicos. Por isso persiste o défice – enorme – no comércio externo de produtos industriais de alta intensidade (produtos farmacêuticos e químicos, produtos electrónicos, equipamentos de escritório e computação, veículos e máquinas industriais diversas). É preciso alterar as características básicas da nossa produção – equipamentos e técnicas desactualizadas, mão-de-obra barata e baixa produtividade, e voltar aos bons exemplos de sectores como a construção e reparação naval e metalomecânicos – destruídos pelos governos do PS e da direita – que eram dos melhores a nível mundial. Produzir bem, com qualidade, e a preços competitivos para relançar o emprego e a economia nacionais.

Por isso também devem ser olhadas com cuidado, e apoio, as micro, pequenas e médias empresas nacionais, que permaneceram como principais responsáveis pela criação de emprego, 72,5% do total nacional, e um pouco mais de 60% do investimento. Por isso se devem evitar as políticas financeiras que, visando proteger os grandes grupos financeiros, podem conduzir este tecido empresarial fundamental no nosso país a uma situação de estrangulamento e falência, com graves consequências sociais e humanas.

Portugal pode produzir mais, e tirar mais riqueza dos seus recursos próprios, sem aumentar o seu endividamento, a sua dependência.

É necessário, sim, investir com critério, com vontade de progresso do País e do seu povo e trabalhadores. O Alentejo, como vamos de seguida apresentar, pode ter um papel de destaque nessa estratégia. Haja decisão política para a levar por diante. O PCP luta e lutará para que a desertificação diminua, para que o desemprego seja menor, para que a região contribua para ajudar o país a solucionar os seus problemas actuais. O Alentejo é parte da solução!

Adaptado de «Portugal a produzir», Análises e contribuições do PCP, Edições Avante. 2011.



Alentejo a produzir!

37 anos passados desde Abril, o povo alentejano está mais pobre, a região desertificada e despovoada, e Portugal está mais dependente. Mas o potencial e as capacidades produtivas estão cá, na terra, nas riquezas existentes no subsolo, no mar imenso que banha o litoral marítimo da região e na produção de energias renováveis.

O Alentejo e o seu povo não estão condenados ao definhamento, não se conformam com as opções políticas que os têm discriminado e exigem o aproveitamento e potenciação das capacidades e recursos da região, a favor dos trabalhadores e das populações, para que um terço do território nacional seja, efectivamente, valorizado.

O Alentejo é parte da solução, vamos pô-lo a produzir!





Alentejo a produzir!

emprego, justiça social, desenvolvimento

Passadas mais de três décadas desde o 25 de Abril e dessa grande conquista que foi a Reforma Agrária, é escandaloso e criminoso manter milhares de hectares de terra sem produzir, por força de opções de classe do poder dominante - PS-PSD e CDS-PP, associados à União Europeia.

O Alentejo precisa de uma nova Reforma Agrária, que não condene os seus campos a uma exploração super intensiva, e que, ao invés, permita que eles dêem um contributo de grande importância para a produção agrícola. A região é capaz de permitir a criação de emprego, o aprovisionamento alimentar, a satisfação de bens e serviços e oferta de matéria prima para a industria agro-alimentar.

É preciso uma Política Patriótica e de Esquerda, que não se submeta às orientações da Política Agrícola Comum impostas pelo capital transnacional, que impeça o pagamento de avultadas verbas para não se produzir, que promova, no quadro da Constituição da República, uma nova Política Agrícola que:

- Nas actuais condições liquide a propriedade latifundiária;
- Entregue a terra a quem a trabalhe, apoie o associativismo e cooperativismo agrícola;
- Promova a produção agrícola, assente no investimento público e privado e reduza o défice alimentar;
- Defenda a soberania e independência nacionais;
- Valorize o trabalho agrícola;
- Combata a desertificação e o despovoamento;

- Promova o emprego com direitos e melhore os salários dos trabalhadores;
- Apoie os pequenos e médios agricultores e rendeiros;
- Promova a investigação na área agrícola;
- Diversifique as culturas e desenvolva as culturas de fileira;
- Aproveite na íntegra o Empreendimento com Fins Múltiplos de Alqueva, e outras barragens, e rentabilize o Mira e o Caia;
- Defenda a sustentabilidade da floresta, assegurando o equilíbrio entre a riqueza do montado e a floresta de produção intensiva, apostando, na transformação dos produtos e sub-produtos na região;
- Apoie o escoamento da produção e controle a comercialização agrícola;
- Assegure o pagamento a preços justos e o apoio ao acesso ao crédito;
- Promova a instalação de indústrias agro-alimentares na região.

O PCP defende uma nova Política agrícola



Alentejo a produzir!

emprego, justiça social, desenvolvimento

O Alentejo tem potencialidades enormes e quantidades invejáveis de minérios metálicos no seu subsolo. Só a nossa parcela da Faixa Piritosa Ibérica (com 150km de extensão) tem uma das maiores jazidas da Europa dos chamados sulfuretos complexos (enxofre, cobre, zinco, chumbo e estanho). Noutros contextos geológicos do território vão surgindo novos depósitos de ouro e prata.

E se a esta riqueza acrescentarmos os mármore e as rochas ornamentais, de que Alentejo detém importantes jazidas a nível mundial, pode dizer-se que o Alentejo não é uma região pobre, mas sim uma região de gente empobrecida.

Em resultado das políticas de direita, que têm desprezado esta riqueza e entregue a sua exploração ao capital privado, estrangeiro na sua maioria, verifica-se que o minério que aqui é extraído, não é transformado na região, nem no país, e é exportado para as metalurgias europeias como concentrado.

É urgente uma Política Patriótica e de Esquerda, que aproveite as capacidades e potencialidades existentes no subsolo da região e que, em ruptura com as más políticas actuais:

- Defenda o interesse nacional e dos trabalhadores;
- Promova o emprego com direitos e a formação profissional;
- Relance o programa de reabilitação ambiental das minas abandonadas e reforce os meios de fiscalização da actividade das empresas do sector;



- Reforce o papel do Sector Empresarial do Estado;
- Intensifique os trabalhos de cartografia geológica e hidrogeológica e de base;
- Elabore um plano para o aproveitamento, em território nacional dos nossos minérios de ouro, prata, cobre, zinco e chumbo numa perspectiva de fileira;
- Defina uma estratégia de longo prazo para a exploração dos recursos geológicos e aponte para a recuperação das posições do Estado na exploração directa dos recursos geológicos da região;
- Fomente a exploração integrada de pequenas jazidas através da intervenção do Estado;
- Apoie a modernização tecnológica das empresas do sector dos mármore e rochas ornamentais.

O PCP defende o aproveitamento integral das potencialidades existentes no subsolo





Alentejo a produzir!

emprego, justiça social, desenvolvimento

A política de direita, que nos (des)governa há 35 anos, destruiu a frota pesqueira, agravou as condições dos pescadores e aumentou a dependência em matéria de pescado (só 35% do consumo corresponde a pesca nacional), evidenciando-se, neste sector, um cada vez maior desequilíbrio do País em relação ao exterior, como pretende a União Europeia.

A política de pesca que tem sido seguida (mesmo com os apelos fingidos daqueles que mais a têm destruído), é contrária aos interesses nacionais e aos das comunidades pesqueiras, pelo que se impõe que seja abandonada a favor de uma política que, partindo das nossas especificidades, garanta o direito a desenvolver a nossa produção pesqueira, como factor de independência nacional e de segurança alimentar.

O PCP reclama, uma Política Patriótica e de Esquerda que:

- Se oriente prioritariamente para a alimentação das populações, para o emprego pleno e melhoria das condições sociais dos trabalhadores do sector e para o desenvolvimento da economia regional e nacional, a conservação do meio ambiente e dos recursos pesqueiros;
- Garanta manutenção da soberania nacional sobre as nossas águas (Mar Territorial e área adjacente) reservando-as para o acesso exclusivo aos pescadores portugueses e a defesa da pesca costeira nacional, com especial relevo para a pesca artesanal;
- Promova a modernização e renovação das frotas pesqueiras nacionais, salvaguardando a pequena pesca, e relançando a indústria de construção naval;

- Melhore as condições de segurança e de bem-estar, bem como as de abrigo, de barras e portos;
- Assegure o acesso a combustíveis a custo reduzido, alargado a todos os segmentos da frota e a todos os tipos de combustível utilizado;
- Incentive a defesa do mercado tradicional interno, tendo em conta os hábitos alimentares da população, e promova os produtos pesqueiros no mercado internacional, valorizando a sua excelência

***O PCP defende o aproveitamento do mar
e a revitalização da frota pesqueira***



Alentejo a produzir!

emprego, justiça social, desenvolvimento

Por força das políticas seguidas nos últimos 35 anos, a situação em matéria de política energética é grave. O saldo importador tem crescido mais rapidamente do que o consumo de energia final. Portugal é um país cada vez mais dependente do exterior, facto a que não são alheias as políticas de liberalização e privatização do sector energético.

Na região do Alentejo, as energias renováveis assumem um papel importante como vector de desenvolvimento, partindo do aproveitamento das potencialidades existentes. Que se podem afirmar não só na vertente da produção de energia (o que só por si seria importante para a redução das importações de energia e para a defesa do ambiente), como também como promotoras da criação de emprego, de utilização adequada e equilibrada de recursos e de desenvolvimento tecnológico.

Efectivamente, pela sua área, pelas suas condições orográficas e pelo seu clima, o Alentejo dispõe de condições para a disseminação das principais tecnologias renováveis (hídrica, eólica, solar, ondas e biomassa).

A hídrica é já hoje uma realidade que pode ser potenciada, em articulação com o projecto Alqueva e com a construção de novas mini-hídricas. A eólica ocupa também já um lugar importante, estando ainda por aproveitar todas as potencialidades existentes. A energia solar teve na região um desenvolvimento impar, com as maiores centrais do país (e também do mundo) e com a criação de fábricas e de centros de investigação, mas ainda há muito caminho a trilhar. A costa alentejana tem aptidões para o aproveitamento da energia das ondas. A nível da biomassa a extensa área florestal existente, bem como os



resíduos produzidos pelas extensas áreas de olival e de vinha, abrem grandes possibilidades à instalação de centrais de biomassa.

Torna-se agora necessária a adopção dos instrumentos adequados para promover o desenvolvimento das energias renováveis, numa óptica de valorização de recursos, de criação de emprego com direitos e de criação de valor acrescentado que beneficie, de uma forma equilibrada, toda a região.

O PCP defende o aproveitamento integral das potencialidades do Alentejo para a produção de energias renováveis



Portugal pode produzir MAIS e MELHOR

É possível Portugal minorar os efeitos desta crise, é possível passar sem descarrilar esta curva apertada da sua história, produzindo mais e melhor, aproveitando integralmente os seus recursos naturais e humanos, racionalizando a actividade económica, investindo nos sectores produtivos, mas sobretudo contando com a mobilização, a energia e a criatividade do seu povo, capaz de afrontar e superar constrangimentos e bloqueios, de romper dependências e subordinacões, de concretizar uma política de defesa dos interesses nacionais, voltada para a satisfação das necessidades dos trabalhadores e das populações, para a resolução dos problemas do país. O Alentejo e os alentejanos, terra de gente de fibra determinada, serão parte interessada e empenhada numa solução que valorize os recursos de Portugal. Por isso os seus trabalhadores, lado a lado com o PCP, serão dos mais persistentes na luta pela concretização desses objectivos.

Adaptado de «Portugal a produzir», Análises e contribuições do PCP, Edições Avante. 2011.

